

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO¹ CÂMARA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO – CT/SIOPS

Às 10:00 horas do dia 04 de abril de 2006, na sede do Ministério da Saúde, Bloco “G”, Edifício Sede, Sala de Reuniões (816) da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, na Esplanada dos Ministérios, reuniram-se os membros da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação (vide lista de presença anexa), sob a coordenação do Senhor Elias A. Jorge, Diretor do Departamento de Economia da Saúde.

Em razão da presença de novos representantes, o início dos trabalhos da CT-SIOPS foi marcado pela apresentação individual dos representantes presentes. O que ocasionou num discurso do Coordenador acerca do processo de implantação do SIOPS, salientando que: i) a partir da edição da Emenda Constitucional nº 29/2000, o SIOPS firmou-se como instrumento de acompanhamento do cumprimento do disposto na referida Emenda; ii) o sistema passou a ter dotação orçamentária específica apenas em 2003; iii) atualmente o preenchimento do SIOPS está entre uma das obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal; iv) o SIOPS tem servido de base para a implantação do SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), tendo sido disponibilizados, a título de colaboração, os dados sobre as receitas públicas e suporte dos técnicos; v) a Secretaria do Tesouro Nacional passou a utilizar as informações do SIOPS para conferência dos percentuais aplicados em saúde pelos Entes Federados (transferências voluntárias), procedimento suspenso devido a forte pressão dos gestores municipais, mas que deverá voltar em 1º de junho, mês em que ocorrerá o maior montante de execução financeira.

Nessa linha, expôs, ainda, sobre o processo de autenticação do responsável pela transmissão dos dados ao sistema e a instituição do Termo de Compromisso (este último com respaldo da Câmara Técnica do SIOPS).

¹ Elaborada pela Equipe do SIOPS/DES/SCTIEMS.

Ao fazer uso da palavra, a representante do DATASUS questionou aos presentes acerca da estrutura de apoio dos núcleos.

Na seqüência o Senhor Elias A. Jorge discorreu sobre o processo de implantação/reestruturação dos Núcleos Estaduais de Apoio ao SIOPS, comentando que existem hoje 27 núcleos implantados, com graus de formalização diversos, os quais têm contribuído sobremaneira para a excepcional alimentação do sistema. Relatou, ainda, que o desafio atual do SIOPS não é somente quantitativo, mas qualitativo. A busca pela melhoria na qualidade dos dados informados será intensificada com a atuação dos Núcleos Estaduais de Apoio ao SIOPS, que poderão estar instigando e avaliando as informações disponíveis, ou até mesmo por instituições de ensino e pesquisa, uma vez que o sistema já vem sendo utilizado como fonte de informações de uma série de teses de mestrado e doutorado, no Brasil e no exterior.

O Coordenador informou ainda sobre a intensificação da divulgação do SIOPS em eventos do CONASS, CONASEMS, dentre outros, além da confecção de carta aos prefeitos de 41 Municípios que nunca alimentaram o SIOPS, bem como a todos os outros que estão com pendências no sistema, alertando para o termino do período que suspendeu as exigibilidades constantes na IN nº 01/2005 da STN, que coloca o SIOPS como referencial para o cumprimento da EC nº 29/2000.

Outros informes prestados giraram em torno do regimento interno da CT/SIOPS; no que diz respeito à aprovação do calendário das reuniões ordinárias, que deverá ser feita na última reunião do ano; e que reuniões extraordinárias poderão ser agendadas, em razão de casos fortuitos ou força maior.

Na seqüência, a ata da 30ª reunião foi aprovada sem alterações, dispensada a realização da leitura naquele momento, devido à prévia avaliação da mesma pelos presentes.

O representante do Banco do Brasil – BB apresentou questionamentos acerca das providências adotadas diante dos encaminhamentos da reunião anterior.

Diante do suscitado foi colocado que a página do SIOPS ainda encontra-se em fase de reestruturação, e que por esse motivo as atas das reuniões anteriores, devidamente aprovadas, ainda, não estão disponíveis no site; que as demandas do Tribunal de Contas da União Federal, foram respondidas e que não foram colocadas no

site pelo motivo já exposto, e que não foi dado conhecimento ao órgão do MPF por falta de oportunidade.

Diante do ponto referente ao TCU, o representante do Ministério Público Federal, se dispôs a tomar providências assim que tivesse conhecimento do conteúdo dos ofícios daquele tribunal.

No tocante ao ponto referente à situação de entrega do SIOPS, foi dado conhecimento aos presentes com posterior análise da planilha “Situação de transmissão dos Municípios por Unidade Federativa (UF), no período de 2000 a 2005”², ponderando acerca do excelente nível de alimentação do sistema pelos Municípios, e demonstra o melhor índice de repostas ocorridas no ano de 2001 (5.460 Municípios alimentaram o SIOPS); além de comentar o critério instituído em 2003, em vigor, segundo o qual o programa anual só pode ser enviado pelos que enviaram os dados referentes ao anual/2002; a introdução do status SEM BALANÇO, no sistema.

Por oportuno, o Prof. Elias propôs à equipe do SIOPS que façam planilhas sobre a situação mensal da transmissão, comparando com o mês correspondente do ano anterior, como uma forma de controle.

Para a análise da situação de entrega dos Estados, foi apresentada a planilha “SIOPS - Situação de transmissão dos Estados, no período de 2000 a 2005”.³ Foi posto à CT/SIOPS que o índice de repostas dos Estados aumentou de 07 para 21 Estados, que alimentaram o sistema referente ao exercício financeiro de 2004 em decorrência da exigência do CAUC da STN; mas que para isso foi necessário instalar um inibidor no sistema da crítica que exigia a prestação das informações referentes à 2003, para que os Estados pudessem informar 2004, para efeitos de atendimento do CAUC.

O Coordenador sugeriu que fosse realizado um levantamento dos Estados, no mesmo formato do realizado para Municípios, quanto à regularidade de envio de dados: estados que enviaram os dados todos os anos, os que têm pendência de envio de 01 ano, de 02 anos e assim sucessivamente, para que se possa fazer uma programação de intervenção/convencimento individual.

² Anexa, como parte integrante da presente ata.

³ Anexa, como parte integrante da presente ata.

Por oportuno, foram discutidas questões referentes aos “descontos” que os Estados vêm criando de forma a alterar a base de cálculo do percentual mínimo a ser aplicado em saúde, em especial no ICMS.

Foi lembrado, ainda, o caso específico do Estado do Rio Grande do Sul que presta contas ao seu Tribunal de Contas, tem-se conhecimento de que preenche o sistema, mas que, no entanto, não transmitem os dados do SIOPS.

Diante da falta de alimentação por parte dos Estados, o representante do MPF questionou se o sistema não poderia ser preenchido pela própria equipe do SIOPS com base nos balanços gerais. Ao que foi colocado de pronto a impossibilidade diante das características do sistema, que é fundamentalmente declaratório.

Nessa linha foi explicitado que as análises dos balanços dos Estados são realizadas em decorrência da não alimentação do sistema, fato este que vem gerando críticas pelo CONASS, sob a alegação de a equipe do SIOPS estar ferindo o princípio da isonomia.

Com a palavra, a representante do Conselho Federal de Contabilidade – CFC pediu alguns esclarecimentos acerca da atuação dos núcleos de apoio ao SIOPS.

O Coordenador fez uma breve explanação acerca do tema, colocando questões sobre os núcleos que estão sendo criados; além de ponderar que a análise dos dados do SIOPS poderá ser realizada, futuramente, pelos integrantes dos Núcleos Estaduais de **Economia da Saúde**, que serão instâncias de interface entre a Academia e a gestão.

Questionado, ainda, se os Núcleos de Economia da Saúde teriam interface com as Secretarias de Fazenda, respondeu que essa interface é realizada pelos Núcleos Estaduais de Apoio ao SIOPS.

Em razão da cobrança de que se faça análise dos dados referente à União Federal, até pelas alegações feitas na última reunião da CT/SIOPS, salientou-se que esses dados referentes à União Federal são avaliados pela COFIN/CNS.

E, em razão da análise ser feita pela COFIN, sugeriu-se, então, que haja uma articulação com a COFIN, para que o acompanhamento passe a ser realizado nos moldes do SIOPS, o que permitirá uma comparação posterior entre União, Estados e Municípios.

Diante da ausência de representantes do CNS nas reuniões da CT/SIOPS, o Coordenador informou aos membros da CT/SIOPS da existência de uma demanda daquela entidade, a qual soube por via informal, acerca da possibilidade de introduzir no SIOPS questionamentos acerca da aquiescência dos Conselhos de Saúde (estaduais e/ou municipais), em relação à proposta orçamentária e execução financeira apresentadas pelos Estados e Municípios.

No entanto, em razão do CNS ter representação na CT/SIOPS, o colegiado entendeu que a demanda apresentada por meio informal não seria conhecida, mas que esta CT não irá se furtar de apreciar o pedido, desde que feito, preferencialmente, por seu representante na mesma. E que inclusive esse posicionamento deverá ser encaminhado ao CNS para conhecimento.

Quanto ao item da pauta referente à análise de conjuntura envolvendo a regulamentação da EC 29, preliminarmente foi dado um informe sobre o conteúdo para que todos os presentes pudessem ter a mínima compreensão sobre o assunto.

Na seqüência o Coordenador relatou que tem havido algumas diferenças de metodologia por parte dos Tribunais de Contas, ao aprovar as contas dos Entes Públicos, ao possibilitarem a introdução de conceitos diversos de ações e serviços de saúde, avalizando tentativas de desvinculação de receitas públicas.

Por oportuno, aproveitou para elucidar, após questionamento da representante da CFC, que o SIOPS se baseia nas orientações contidas na Resolução 322/CNS e que esta foi fruto de consenso após inúmeros eventos, nos quais havia a participação de técnicos dos Tribunais de Contas.

Argüiu o representante do MPF acerca da importância da manutenção das definições de ações e serviços de saúde constantes no Projeto de Lei Complementar Substitutivo que está em aprovação na Câmara dos Deputados.

Nesse interregno, mais uma vez, foram pontuadas situações em que os Estados, por meio de edição de normas, vêm alterando a base de cálculo para efeitos de apuração do cumprimento do disposto na EC nº29/2000. O que corrobora a urgência na regulamentação do texto da Emenda.

Ainda quanto à regulamentação da EC 29, houve uma reflexão pelos presentes, no sentido de que mesmo com o projeto de lei aprovado pelas Comissões de

Constituição e Justiça e de Cidadania, de Finanças e Tributação, Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, não há consenso interno, no governo, para aprovação do projeto de Lei Complementar, principalmente devido à indefinição do percentual das receitas da União a serem vinculadas à saúde.

Com a palavra, Corah Prado – membro da equipe do SIOPS apresentou um panorama da tentativa de reestruturação dos núcleos, aumentando o fortalecimento do intercâmbio entre a equipe do SIOPS e os membros dos núcleos, para que haja um maior envolvimento das Secretarias Estaduais, tendo como incentivo material a doação de equipamentos.

Já a representante do DATASUS salientou que o fortalecimento dos núcleos traria vantagens ao SIOPS, uma vez que estes teriam um maior acesso aos Municípios.

A representante do CFC questionou como poderia ocorrer a participação de sua entidade de forma mais efetiva. Demonstrando interesse em ajudar na divulgação das informações que forem necessárias.

Foi pontuado, por um dos membros da equipe do SIOPS, que houve, em passado próximo, experiências no sentido de realizar treinamentos com contadores, mas que o baixo índice de adesão ao evento desestimulou o desencadeamento de novos projetos desta estirpe.

Ao se pronunciar o representante do MPF referiu-se à importância da interface entre o CFC e os CRC`s para que se tenha um “feedback” das reclamações dos próprios contadores.

O representante do BB acrescentou à discussão que seria importante se fosse disponibilizado um manual de preenchimento do SIOPS impresso aos contadores, sendo-lhe esclarecido que o manual está disponibilizado para download no próprio site do SIOPS.

Por julgar oportuno, questionou-se à representante do CFC se ainda há concurso de premiação de gestão de municípios, posto que um dos itens averiguados é o uso de recursos na área de saúde. Nesse caso a representante comprometeu-se a trazer a informação posteriormente, por desconhecer a continuidade deste concurso.

Atendendo a demandas anteriores, foi demonstrado aos membros da CT, pela representante do DATASUS, o conteúdo do CD, em fase final de formatação, que irá

disponibilizar parte do banco de dados constante no SIOPS. Com esse demanda a CT/SIOPS espera atingir um público ainda carente das ferramentas que a internet pode propiciar.

Diante do que foi demonstrado, foram feitas as seguintes sugestões: a) a inserção de manual acerca do uso do conteúdo de forma escrita ou mediante apresentação filmada); e da Tabela referente à EC/29; b) que conste no CD um resumo de seu conteúdo; c) o envio do projeto do CD para avaliação de alguns profissionais (na ocasião foram sugeridos os seguintes nomes: Rodrigo Pucci, Gilson Carvalho, Maria Luíza, José Aparecido e Paulo de Tarso); d) ver padrão para a capa, buscando auxílio da gráfica do Ministério, e o procedimento para impressão, sendo sugerida a tiragem inicial de 6.000 CD`s; e) criação de um CD contendo apenas as versões dos programas do SIOPS.

O representante do DATASUS fez alguns destaques acerca da necessidade de mudanças a serem realizadas no sistema, para a versão semestral de 2006. Ao que foi sugerido pelo coordenador que as sugestões fossem entregues até a próxima reunião da CT, que ocorrerá em 06/06/06.

Posto à CT/SIOPS sobre a possibilidade de excluir do programa semestral a solicitação dos dados dos conselheiros municipais, o coordenador, ao fazer uso da palavra ponderou que o banco de dados do SIOPS sobre esse tema, ainda, é o mais completo, uma vez que o CNS não tem a frequência de atualização de que dispõe o SIOPS. Colocada em votação, foi negada a proposição.

Por fim, o representante do DATASUS destacou a importância de se promover o treinamento dos técnicos das regionais do DATASUS, para instrumentá-los a atuar junto aos Municípios, no esclarecimento de dúvidas e apoio técnico referentes a área de informática.

Sem mais colocações a reunião foi dada por encerrada às 13:15.

31ª Reunião da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação
Lista de Presença
Brasília, 04 de abril de 2006.

Nome	Órgão	Telefone	E-mail
Andrea Barreto de Paiva	SIOPS	3315-3562	andrea.paiva@saude.gov.br
Carla Rúbia Florêncio Tardivo	DES/SCTIE/MS	3315-3865	carla.tardivo@saude.gov.br
César Augusto Frantz	SIOPS/DES/SC TIE/MS	3315-2913	cesar.frantz@saude.gov.br
Claúdia Risso	DATASUS/MS	3985-7216	crisso@datasus.gov.br
Corah Lucas Prado	SIOPS/DES/SC TIE/MS	3315-3441	corah.prado@saude.gov.br
Doracy Cunha Ramos	CFC/BR	3356-2985	gramos9@yahoo.com.br
Elias A. Jorge	DES/SCTIE/MS	3315-2790	elias.Jorge@saude.gov.br
Fernando Rocha de Paiva	Banco Do Brasil	3310-5032	fernandinho@bb.com.br
Geraldo Ferreira	SVS/MS	3315-2754	geraldo.ferreira@saude.gov.br
Isânia Cruvinel	CGEOFC/FNS/MS	3315.3357	isania@saude.gov.br
Lea Aparecida	CGEOFC/FNS/MS	3315-2623	lea.aparecida@saude.gov.br
Maria de ° Carramilo	SIOPS/DES/SC TIE/MS	3315-3562	maria.carramilo@saude.gov.br
Nilton Silva	SGP/MS	3315-3608	nilton@saude.gov.br
Oswaldo J. B. Silva	PFDC/MPF	3317-4663	oswaldos@pr1.mpf.gov.br
Plauto de Sá	DATASUS/MS	3985-7130	plauto@datasus.gov.br
Renata Mª.de Deus Costa	SIOPS/DES/SC TIE/MS	3315-3441	renata.costa@saude.gov.br
Rita de Cássia A Silva	SIOPS/DES/SC TIE/MS	3315-2366	ritac@saude.gov.br
Rodrigo Benevides	SIOPS/DES/SC TIE/MS	3315-3294	rodrigo.benevides@saude.gov.br
Rubens Vasconcelos	SGTES/MS	3315-2148	rubens.vasconcelos@saude.gov.br